



SEM CONDIÇÕES

Justiça interdita prédio do 1º BPM

Prédios em péssimas condições, alguns deles correndo o risco de desabamento. Esta é a situação de algumas instalações da Polícia Militar de Sergipe que, por conta de uma ação do Ministério Público Estadual (MPE), o juiz da Comarca de São Cristóvão, Manoel Costa Neto, determinou a interdição do local onde funcionava o Primeiro Batalhão da Primeira Companhia. O gestor da Associação dos Militares de Sergipe, sargento Edgar Menezes, lamentou que o Estado só esteja reformando prédios onde trabalham juntos policiais civis e militares. “Quando é o militar sozinho, tudo fica abandonado”.

Segundo Edgar Menezes, além do prédio de São Cristóvão, já foram desativados pela Justiça as unidades de Neópolis e Carmópolis e os policiais foram transferidos para outros locais nas respectivas cidades. Mas os problemas não se resumem à somente estes locais. Os Postos de Atendimento ao Cidadão (PACs) e da Companhia de Polícia Rodoviária Estadual (CPRv) estão abandonados. De acordo com Edgar Menezes, “se formos analisar a situação da PM, até mesmo o prédio do comando geral é improvisado. Ali era uma escola. Os únicos prédios próprios que temos são do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), de 1979, e do Batalhão de Itabaiana, de 1990”, comentou.

“Aqui temos que recorrer à Justiça para que os militares tenham condições de trabalho”, reforçou Menezes. O assessor de Comunicação da PM, major Paulo César de Góis Paiva, disse que o comando da CPRv já fez um levantamento das necessidades do prédio e reconheceu que a unidade está precisando de reforma. “Como há um convênio entre a PM e o Detran (Departamento Estadual de Trânsito), a CPRv aguarda um posicionamento do órgão”, disse o major Paiva.

Até ontem, o comando da PM ainda não havia recebido a notificação da Justiça determinando a desativação do prédio de São Cristóvão. Mas o major Paiva explicou que os militares que trabalhavam naquele local foram transferidos para o Santa Maria – onde fica a sede do 1º Batalhão – e foi colocada mais uma viatura na cidade, reforçando o policiamento.

Os PACs, de acordo com Paiva, passam por um problema sério que é a falta de efetivo. “Foi necessário fecharmos alguns deles, mas isso não tem a ver com instalações, mas sim efetivo”, comentou. Quanto à crítica de Menezes de que o Governo do Estado cuida somente dos prédios onde militares e civis trabalham juntos, Paiva diz que essa crítica não procede.

O oficial diz que há, na verdade, a integração das duas instituições. “Nós temos trabalhado para integrar as duas polícias, o que é muito importante para eficácia do serviço. E temos demonstrado isso com ações e resultados. O governo tem viabilizado a construção dos Cips, que são Centros Integrados de Segurança Pública”, ressaltou.